

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.295.592 - SP (2018/0117289-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : OSMAR SULMANI DE PAULA**  
**ADVOGADO : BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA - SP352413**  
**AGRAVADO : COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042, do CPC/2015) interposto por OSMAR SULMANI DE PAULA contra decisão que inadmitiu o recurso especial.

Extrai-se dos autos que OSMAR SULMANI DE PAULA propôs ação de cobrança em face de COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO, alegando ter sofrido acidente de trânsito, que resultou em invalidez permanente, tendo já recebido a quantia de R\$ 1.687,50 (Hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Requereu a correção monetária do valor desde a entrada em vigor da Medida Provisória 340/2006 ou, alternativamente, que a correção tenha como termo inicial a data do acidente, além do pedido de complementação da indenização, pois entende que aquela apurada extrajudicialmente não está correta, descontado o que já foi pago.

Citado, o réu não apresentou contestação.

O juízo de piso julgou improcedentes os pedidos formulados pelo autor, condenando-o ao pagamento dos ônus de sucumbência, com observação do disposto no artigo 98, § 3º, do CPC/2015.

A apelação interposta pelo autor foi improvida, nos termos do acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 84, e-STJ):

**APELAÇÃO CÍVEL** - Interposição contra sentença que julgou improcedente a ação de cobrança de seguro. Os efeitos da revelia não dispensam a presença, nos autos, de elementos suficientes para o convencimento do Juiz. Não caracterizada a invalidez total e permanente do autor. Pagamento efetuado administrativamente. Complemento da indenização indevida. Sentença mantida. Apelação não provida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 107-114, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial (fls. 117-139, e-STJ), interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF, o insurgente aponta, além de dissídio jurisprudencial, contrariedade aos artigos 884 do CC; 85, § 8º; e 86 do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, ser devida a incidência de correção monetária sobre a indenização securitária a partir do evento danoso. Afirma que a pretendida atualização monetária é tema incontroverso, por se tratar de entendimento pacificado do STJ, firmado no julgamento de Recurso Especial Repetitivo (REsp nº 1.438.620/SC), bem como por ter a ré deixado de contestar o seu direito de receber a correção monetária do valor já recebido.

Assevera que, com o acolhimento da pretensão de incidência da correção

monetária, necessário proceder-se à redistribuição dos ônus de sucumbência.

Transcorreu *in albis* o prazo para as contrarrazões.

Em juízo prévio de admissibilidade (fl. 156, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, o que ensejou a interposição do presente agravo (fls. 159-170, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Sem impugnação.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. No caso em análise, o Tribunal *a quo* rechaçou a alegação de que o direito do autor se tornara incontroverso tão somente pela falta de contestação, concluindo, a partir da análise dos elementos fático-probatórios dos autos, pela inexistência de invalidez permanente do autor, e, assim, afastou as pretensões de: complementação da indenização, de repetição de indébito, bem como de incidência da correção monetária do valor já recebido; mantendo, assim, a sentença de improcedência dos pedidos, inclusive quanto aos ônus de sucumbência.

Confirmam-se, a propósito, os fundamentos adotados pela Corte de origem, (fl. 85-89, e-STJ - grifos nossos):

Inicialmente, há que se anotar que, não obstante a ausência de contestação por parte da ré, a melhor interpretação do artigo 344 do Código de Processo Civil de 2015 conduz à conclusão de que a revelia produz efeitos apenas quanto às questões de fato, não alcançando o direito postulado.

Nesse sentido: *Os efeitos da revelia (art. 319, CPC) não incidem sobre o direito da parte, mas tão somente quanto à matéria de fato* (RSTJ 5/363). E mais: *O efeito da revelia não dispensa a presença, nos autos, de elementos suficientes para o convencimento do juiz* (RSTJ 146/396).

Em consequência, não se pode proclamar a procedência do pedido apoiando-se tão-somente na falta de contestação, entendendo-se como indispensável adentrar ao exame do mérito da matéria.

Releve-se, em especial, a natureza reconhecidamente social e protetiva do seguro obrigatório, que representa um mínimo indenizatório às vítimas de acidentes automobilísticos.

O acidente ocorreu em 24 de fevereiro de 2013 (fls. 13/14), aplicando-se ao presente caso a Lei nº 11.482/2007.

Deve-se salientar que existem nos autos documentos que demonstram que o acidente efetivamente ocorreu e aqueles acostados à inicial referem-se aos alegados danos sofridos pelo autor em razão desse acidente (fls. 13/14 e 43/44).

A Lei nº 11.482 de 31 de maio de 2007, prevê em seu artigo 8º que: Os artigos 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações: artigo 3º: *Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: I — R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas*.

Importante anotar que expressão até indica a existência de graduação, isto

é, desde que a invalidez seja permanente, é necessário ainda verificar-se qual o grau de incapacidade.

Importante anotar que expressão até indica a existência de graduação, isto é, desde que a invalidez seja permanente, é necessário ainda verificar-se qual o grau de incapacidade.

Ademais, deve-se salientar que a tabela de incapacidade da SUSEP é utilizada subsidiariamente, na espécie, em razão da omissão da lei pertinente, sendo legítima a sua aplicação.

Assim, a tabela é aplicada por força da Lei nº 6.194/74 e a própria legislação atenta para a necessidade de gradação da perda da capacidade física do segurado em decorrência do acidente sofrido, reservando o patamar máximo aos casos em que a invalidez for absoluta, total e permanente.

Importante anotar, ainda, a Súmula 544 do Superior Tribunal de Justiça que dispõe: *é válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/2008.*

Mencione-se ainda o teor da Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça: *A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.*

No entanto, o laudo médico pericial (fls. 45/49), além de atinentes às normas em espécie, concluiu que o periciando apresenta *marcha normal e sem apoio; motricidade, mobilidade e força muscular preservados em todas as articulações de todos os membros* (fls. 47). Prossegue afirmando que *após minucioso exame físico pericial não apresenta qualquer debilidade de membro, sentido ou função oriundas do acidente.* Concluiu, ainda, o perito, que *não apresenta dano corporal contemplável pelas tabelas DPVAT/Susep; não apresenta incapacidade para o trabalho; não apresenta qualquer seqüela oriunda do acidente narrado na inicial* (fls. 48). Respondendo aos quesitos, declarou que *não há invalidez oriunda do acidente narrado na inicial* (fls. 48).

Importante relevar que a conclusão do perito do juízo deve prevalecer, tona vez que produzida sob o crivo do contraditório (fls. 87).

Dessa forma, o laudo pericial efetuado pelo IMESC merece total credibilidade, diante da idoneidade do Instituto e da seriedade do trabalho desenvolvido.

Importante salientar, ainda, que o perito respondeu a todos os quesitos formulados. Com relação, ainda, ao laudo pericial, incontestável o criterioso exame realizado pelo perito no autor.

O apego do autor à tese de que possui seqüelas que lhe causam repercussão em sua vida diária não tem o condão de abrir espaço à complementação da indenização securitária, relevando-se, ainda, que não há invalidez oriunda do acidente narrado na inicial (fls. 48).

Desta maneira, inexistindo invalidez permanente, não há direito à percepção de indenização por danos pessoais provocados por veículo automotor, conforme preceitua a regra exposta no artigo 3º da Lei 6.194/74. Para os efeitos do seguro obrigatório de que se trata neste processo, necessário enfatizar, o direito à indenização só existe se, das lesões causadas pelo acidente, resultar incapacidade permanente.

Logo, não se discute que o acidente ocorreu, porém o mesmo não causou qualquer dano que pudesse o autor ser enquadrado na tabela de indenização por invalidez parcial ou total e permanente por acidente de veículo.

Importante anotar que a ré já efetuou o pagamento ao autor do valor de RS

1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme afirmado pelo autor (fls. 02). Em que pese o autor não ter direito à complementação da indenização, visto que a ação foi julgada improcedente, não há a favor da ré qualquer direito a repetição de indébito. Não há que se falar em correção monetária do valor recebido pelo autor, desde a data da edição da medida provisória nº 340/06, uma vez que, como acima anotado, o autor já recebeu o valor indenizatório superior ao que fazia jus.

Entretanto, nas razões recursais, não há resistência quanto aos referidos fundamentos que, ao persistirem incólumes, mostram-se suficientes para a manutenção do julgado, circunstância que atrai a aplicação, por analogia, da Súmula nº 283/STF.

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS CONDOMINIAIS. LEGITIMIDADE. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DAS RAZÕES RECURSAIS. SÚMULA 283 STF. APLICAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO (AgInt no REsp 1.566.495/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 09/03/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE CURADORA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.
2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).
3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AgRg no AREsp 570.868/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 13/03/2018).

2. Quanto à inversão do ônus de sucumbência, consoante ressaltado no julgamento dos embargos de declaração (fl. 111, e-STJ), o acórdão apenas manteve integralmente a sentença de improcedência da ação, mantendo a carga do autor o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, observando-se o artigo 98, § 3º, do CPC/2015.

Não havendo alteração do julgado, inexistente a apontada violação aos dispositivos invocados, restando, assim, incólume o acórdão recorrido quanto ao ponto.

3. Do exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

